

ATORES E PRÁTICAS CIBERATIVISTAS NO BRASIL: o esboço de uma história¹

CYBERACTIVIST ACTORS AND PRACTICES IN BRAZIL: outline of a history

Raul Nunes²

Resumo: O interesse sobre o ciberativismo vem crescendo na sociedade como um todo e na academia em particular. Entretanto, raros são os trabalhos que empreendem abordagem diacrônica do ativismo que tem lugar na internet. Deste modo, este trabalho teve como objetivo esboçar uma primeira narrativa sobre a história do ciberativismo no Brasil, levando em conta seus atores e suas práticas. Para tanto, utilizou-se da literatura empírica existente de modo a levantar dados, fatos e processos. Com isso, percebeu-se três momentos do ciberativismo no país: 1) o surgimento, em que os portais eram a base do ativismo e serviam como fonte de informação e espaço de expressão e articulação; 2) a consolidação, em que os blogs promoviam redes de debates (blogosferas); 3) a rotinização do ciberativismo, tornando-o parte do cotidiano, com o advento das redes sociais, que possibilitaram debates, expressão, informação e ainda convocação de protestos.

Palavras-Chave: Ciberativismo. Internet. História.

Abstract: The interest in cyberactivism has been on a rise in society generally and in the academic field in particular. However, scarce are the works that undertake a diachronic approach on the activism that takes place in the internet. Thus, this work has had as an objective to outline a first narrative on the history of cyberactivism in Brazil, taking into account its actors and practices. To do so, I have drawn on the existing empirical literature to gather data, facts and processes. With this, I have acknowledged three moments of the cyberactivism in the country: 1) the emergence, in which the portals were the basis for the activism and served as a source of information and a space for expression and articulation; 2) the consolidation, in which the blogs provided networks for debates (blogospheres); 3) cyberactivism routinization, making it a part of everyday life, with the emergence of the social networks, which enabled debates, expressions, information and yet the call for protests.

Keywords: Cyberactivism. Internet. History.

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação e Sociedade Civil do VIII Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (VIII COMPOLÍTICA), realizado na Universidade de Brasília (UnB), de 15 a 17 de maio de 2019.

² Doutorando em Sociologia no IESP-UERJ. Bolsista CAPES. E-mail: raulnunes@unb.br

1. Introdução

No Brasil o ciberativismo despertou o interesse de pesquisadores de diversas áreas de forma mais intensa a partir das manifestações de Junho de 2013. Ali se percebeu que a internet como meio de produzir e amplificar protestos veio para ficar. Mais do que isso, a ideia de que poderia haver um campo de disputas eminentemente virtual passou a ser mais factível. Essa atenção repentinamente voltada ao ativismo interconectado, contudo, por vezes reforça uma miopia temporal (BRINGEL, 2013), isto é, o sobredimensionamento dos acontecimentos presentes (mais próximos) em relação aos fatos passados (mais distantes), obstando que se compreenda o processo histórico de construção da realidade.

Levantamentos do campo de internet e política e de pesquisas relacionadas especificamente ao ciberativismo não apontam a existência de estudos de caráter diacrônico sobre o tema (SAMPAIO; BRAGATTO; NICOLAS, 2016; SHAUN et al., 2013), havendo, em geral, trabalhos que focam em um só ator, em uma prática ou ainda em um dado momento histórico, confluindo com o padrão de estudos casuísticos que predomina na área no resto do mundo (GARRETT, 2006).

O presentismo e o casuísmo reavivam a busca pelo “novo”, tão cara à sociologia dos movimentos sociais, sobretudo nesse país, e impedem reflexões mais elaboradas sobre continuidades e processos, simplesmente apontando o ciberativismo como uma inovação, um ineditismo (ALCÂNTARA, 2014).

Outro problema que acomete os estudos sobre ciberativismo é a falta de compartilhamento de conceitos mais duradouros para a análise dos casos. Assim, o casuísmo é elevado à máxima potência, com a conformação de “conceitos empíricos”, isto é, pseudo-conceitos que se aplicam somente àquela situação (ALCÂNTARA, 2015), não passíveis de generalizações, reutilizações e comparações. Conceitos dos estudos sobre movimentos sociais em grande parte também não são empregados, havendo apenas um enquadramento teórico do ciberativismo no “novo” da teoria dos novos movimentos sociais.

Esse trabalho, portanto, objetiva esboçar uma história do ciberativismo no Brasil a partir da literatura empírica existente, adotando, para tanto, categorias de análise oriundas da sociologia dos movimentos sociais. Na primeira seção, será feita uma breve discussão sobre as categorias analíticas, enquanto cada uma das três próximas seções examinará um período do ciberativismo: o surgimento, com os portais; sua consolidação, com os blogs; e sua rotinização, com a apropriação das redes sociais.

2. Categorias de análise

Qualquer análise científica de dada realidade social deve estar baseada em categorias analíticas e conceitos, responsáveis por fornecer os parâmetros para a investigação, apontando para os aspectos principais a serem observados. Nesse sentido, embora o ciberativismo possa ser entendido de uma maneira mais ampla como “a utilização de NTICs em ações coletivas e por movimentos sociais” (ALCÂNTARA, 2014, p. 22), aqui terá um sentido mais restrito, considerando-se ciberativismo os movimentos sociais, organizações, ações coletivas e ativismos que se desenvolvem prioritariamente através da internet, isto é, que têm na internet seu meio principal de ação. Além dessa definição, serão utilizadas as categorias analíticas de atores e práticas³.

As teorias dos movimentos sociais costumam ser divididas em dois grandes grupos: a escola europeia e a escola estadunidense (GOHN, 1997). Essa divisão diz não só da localização geográfica de seus autores e autoras, mas de uma série de problemas e conceitos compartilhados, constituindo, assim, um corpo mais ou menos coeso de pesquisas e debates. É a partir desse agrupamento que as categorias desse trabalho serão forjadas.

Na escola europeia, fundamentais foram autores como Alain Touraine (2006) e Alberto Melucci (1996) na construção das bases do que pode ser denominado de Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS). Touraine, criticando perspectivas

³ Essas categorias vêm sendo formuladas conjuntamente no âmbito da pesquisa “Transformações do ativismo contemporâneo”, contemplada pelo edital Capes Memórias Brasileiras - Conflitos Sociais, e nas discussões do NETSAL (IESP-UERJ). Compõem a pesquisa ainda a categoria “gramáticas” e o conceito de “campo”, que serão utilizados em trabalho posterior sobre o mesmo tema.

funcionalistas e estruturalistas, propôs o retorno do ator, ou seja, a ideia de que os atores sociais seriam não só produto, mas também produtores da realidade social e das mudanças estruturais. Mas adiante, Melucci enfatizaria o papel da identidade na construção de coletividades e mudanças sociais, de onde advém o conceito de identidade coletiva. Seguindo as questões e ferramentas produzidas pela TNMS, portanto, a categoria “atores” visa identificar como os sujeitos implicados numa disputa se entendem e como se relacionam, isto é, quais suas identidades e pautas e quais seus aliados e adversários.

Quanto à escola estadunidense, há uma subdivisão entre duas correntes: a Teoria da Mobilização de Recursos (TMR) e a Teoria do Processo Político (TPP) (ALONSO, 2009). Para a TMR, de autores como McCarthy e Zald (1977), importa a dimensão organizacional das ações coletivas, donde se insere o cálculo de meios e fins e a alocação de recursos para empreender uma ação e fomentar a própria organização. A TPP, levada a cabo por autores como McAdam, Tarrow e Tilly (2001), é, em verdade, um desdobramento da TMR, acrescentando a esta a dimensão histórica e conflituosa das relações entre movimentos sociais e outros atores. Foi nesse sentido que Charles Tilly (1998) forjou a noção de repertórios de ação coletiva, com vistas a dar conta da mudança e permanência de um conjunto de formas de protesto em dado contexto histórico, geográfico e cultural. Deste modo, portanto, com a categoria “práticas” se almeja perceber as formas de organização e ação dos atores coletivos que se consolidam em cada período.

2. Surgimento do ciberativismo: os portais (1995-2004)

A história da implementação da internet no Brasil, assim como no resto do mundo, é permeada pela ação governamental, militar e das universidades. Os anos 1980, conhecidos como a década das redes, evidenciaram diversos esforços no sentido de produzir uma sociedade interconectada, ainda que só na década seguinte esse projeto tenha começado a ganhar contornos mais concretos (CARVALHO, 2006).

Coincidentemente, esse período corresponde à abertura política do país, com o fim da ditadura engendrada pelo golpe militar de 1964. Nos anos 1980, movimentos

sociais e outras coletividades se (re)organizavam, muitos contando com forte participação de exilados da ditadura. É o caso do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), ONG fundada em 1981 pelos exilados Betinho, Marcos Arruda e Carlos Afonso. Além de se pautar pela defesa da democracia, igualdade e bens comuns, o IBASE sempre teve como bandeira a ampliação do acesso à informação – o que, àquela época, colocou a organização como central para o desenvolvimento da internet no Brasil.

Em 1985 o IBASE criou o Alternex, primeiro provedor de acesso à internet que não era ligado a órgãos de Estado ou às universidades. O Alternex foi responsável por conectar ONGs brasileiras no fim dos anos 1980, possibilitando também o contato com ONGs estrangeiras. O serviço foi propriamente estruturado em 1989, com a contribuição de parcerias internacionais (CARVALHO, 2006).

Em 1992 aconteceria no Rio de Janeiro a ECO-92, conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre meio ambiente e desenvolvimento que reuniria diversos chefes de Estado e organizações da sociedade civil. A pressão do IBASE, enquanto membro da rede global *Association for Progressive Communications* (APC), fez com que a ONU e o governo brasileiro concordassem em trabalhar pela garantia de infraestrutura virtual para a conferência. Foi nesse íterim que a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) lançou o primeiro *backbone*⁴ brasileiro, abrindo caminho para que a internet se espalhasse pelo país (CARVALHO, 2006).

O Alternex continuou sendo o único provedor de acesso à internet fora do âmbito acadêmico no país até 1995, ano que marca a abertura comercial da internet brasileira. Daí em diante, a Embratel perdeu o monopólio como provedora e a RNP, restrita à academia, abriu as portas para a comercialização, ainda que logo fosse substituída por servidores privados. Ainda nesse ano foi criado o Comitê Gestor da Internet (CGI). Nesse momento já era possível enviar e-mails, acessar sites e conversar por programas de bate-papo (como mIRC e ICQ).

Na metade dos anos 1990, boa parte do conteúdo offline já havia ganhado sua versão virtual. Foi assim com sites de bandas, como o Barão Vermelho e Biquíni Cavadão, e sites de jornais, como o Jornal do Brasil e a Folha de São Paulo. Para

⁴ *Backbone* é a estrutura central de conexões de um sistema de redes. É através dessa espinha dorsal que os vários aparelhos encontram o caminho para se comunicar.

além da mera transposição de conteúdo offline para o ambiente virtual, a comercialização da internet ensejou a criação de conteúdo original para aquele meio. É o caso, por exemplo, do site de humor Humortadela, com piadas, charges e vídeos feitos para a internet – o que incluía conteúdo de cunho político.

Em 1995 a DHNet, chamada também de Enciclopédia Digital de Direitos Humanos, foi criada para servir como um portal de informações sobre direitos humanos, com acervo “composto de artigos e ensaios sobre direitos humanos, leis, documentos, declarações, relatórios de encontros, manifestos, cartilhas, manuais e links úteis” (MITRE; DOIMO; MAIA, 2005, p. 70). Além disso, a DHNet promovia a comunicação e interação entre diversas organizações e movimentos de DH espalhados pelo país, possibilitava a estes construírem seus próprios sites sob aquele domínio e fornecia download de muitos programas. O portal iniciou ainda o “Movimento dos Sem Tela” como forma de tentar diminuir a desigualdade de acesso à informação e à informática. Dentre as ações adotadas estava a disponibilização de computadores comunitários (“orelhões eletrônicos”) com acesso a um programa contendo dados da DHNet e, quando possível, com acesso à internet.

Os sites ligados à DHNet permitiam “cadastrar voluntários, promover campanhas e receber doações” (MITRE; DOIMO; MAIA, 2005, p. 78), bem como encorajavam o debate por meio de fóruns e abriam espaço para que fossem feitas denúncias. Organizados em rede, formavam uma espécie de guerrilha virtual. Tal guerrilha conseguia promover ações concertadas, como o fez em 1996. Naquele ano fora assassinado Gilson Nogueira, advogado de DH do Rio Grande do Norte, com fortes suspeitas de que grupos de extermínio e agentes do Estado estivessem envolvidos. As organizações bombardearam organismos de DH e agências de notícias com as denúncias, conseguindo que o fato ganhasse visibilidade nacional e internacional⁵.

Em 1999 ocorrera nos EUA a Batalha de Seattle, um conjunto de manifestações contra o encontro da Organização Mundial do Comércio (OMC), no que ficou conhecido como um movimento antiglobalização, ou por justiça global. Meses antes havia sido lançado o site Indymedia com o propósito de coordenar as

⁵ Vale mencionar que estratégia parecida foi levada a cabo através do Alternex em 1988, por ocasião da execução do ambientalista Chico Mendes.

ações nos protestos e propiciar uma cobertura alternativa dos eventos. Mais do que um site, o Indymedia se tornou uma rede de portais ao redor do mundo, sendo galvanizado por movimentações críticas à globalização excludente. No Brasil, o Centro de Mídia Independente (CMI) surgiu no ano 2000:

Conforme as manifestações se espalhavam pelo mundo, outros coletivos brotaram. O brasileiro CMI surgiu quatro meses após o N30 [30 de novembro, data dos protestos em Seattle]. As diretrizes eram as mesmas: o site seria gerido por um coletivo independente; qualquer pessoa poderia publicar o que quisesse e o conteúdo só seria apagado se ferisse as políticas de uso (se tivesse, por exemplo, conteúdo racista). Numa época em que para se ter blog era necessário programar um, o site permitiu que os grupos e coletivos tivessem um canal próprio de comunicação — e tornou-se um agregador. “O CMI usou a internet para federalizar os movimentos”, explica Ortellado.⁶

Fundado sob o princípio da horizontalidade, o CMI oscilava entre um coletivo com existência própria e um veículo para os movimentos sociais e ativistas em geral. Seu ponto forte era ser um centro aglutinador de movimentos com as mais variadas pautas, podendo todos estes publicar textos opinativos e informativos e coberturas de atos no site, mediante aceitação do comitê editorial. Para além do comitê, o CMI se dividia em coletivos e pré-coletivos temáticos e locais. Estes se organizavam por reuniões presenciais e listas de e-mail, sendo as decisões tomadas pela busca do consenso (ALMEIDA, 2006; CABRAL, 2006).

Enfim, os portais eram sites que buscavam agregar informações de diversas fontes, além de guiar a navegação do usuário na internet (BARBOSA, 2001). Os portais ciberativistas, especificamente, caracterizavam-se pela participação do público na produção de informações e pela articulação entre os usuários e as diversas pautas. O germe do ciberativismo no Brasil contava, entretanto, com público ainda bastante reduzido, uma vez que até 2004 menos de 1/5 da população brasileira tinha acesso à internet⁷.

3. Consolidando o ciberativismo: os blogs (2005-2012)

⁶ <http://revistagalileu.globo.com/Revista/Common/0,,EMI341647-17773,00-CMI+O+COLETIVO+QUE+FUNDOU+O+ATIVISMO+DIGITAL.html>

⁷ <https://data.worldbank.org/indicator/IT.NET.USER.ZS?end=2016&locations=BR&start=1994&view=chart>

Nos anos 2000, muitas redes sociais foram criadas e começaram a entrar na rota dos internautas brasileiros, tais quais Fotolog, Flogão, Orkut, Myspace, além do programa de mensagens instantâneas MSN Messenger. Neste momento, as redes sociais conseguiam cada vez angariar mais usuários e naturalizar a ideia de uma comunicação constante. Entretanto, foi outro tipo de plataforma que marcou aquela década, inclusive em sua utilização política: o blog. Esse processo foi alavancado a partir de 1999 com o lançamento do Blogger, que consistia em serviço do Google que permitia fácil criação e administração de blogs de maneira gratuita.

O blog é um tipo específico de site, caracterizado pelo fluxo constante de postagens que se organizam em ordem cronológica reversa e que possibilitam a comunicação entre autor(as) e visitantes (AMARAL; MONTARDO; RECUERO, 2008). Os blogs podem ser profissionais, pessoais, grupais ou organizacionais, apresentando caráter informativo ou opinativo (PRIMO, 2008). Além disso, os blogs usualmente apresentam uma listagem de blogs (*blogroll*), o que faz com que se constitua uma verdadeira blogosfera, ou seja, um espaço de interação entre blogs e blogueiras.

FIGURA 1 – Representação satírica e parcial da blogosfera brasileira nos anos 2000
FONTE – DAHMER, 2007.⁸

Nesta representação da blogosfera (ver FIG. 1), pode-se ver algumas ilhas: a de blogs eróticos, as de blogs humorísticos, a de blogs de direita e uma pequena ilha com blogs de jornalistas. Embora subrepresentados na ilustração (que não objetiva ser fidedigna⁹), os blogs de política foram uma “febre” nos anos 2000, sobretudo a partir da crise política de 2005, com o escândalo do mensalão:

A ocasião da crise fez com que o interesse em política por parte de indivíduos e grupos de mídia aumentasse, criando uma demanda que encontrou a tecnologia já suficientemente enraizada, colaborando para ampliar o universo de cidadãos envolvidos na produção e busca de informação política (ALDÉ, ESCOBAR, CHAGAS, 2007, p. 31).

Os blogs de política forneciam opiniões atualizadas sobre os acontecimentos e abriam espaço para o comentário dos leitores. Os jornalistas profissionais já consagrados tiveram papel marcante nesse processo, oferecendo ao mesmo tempo

⁸ <http://www.malvados.com.br/blogosferabrasileira/>

⁹ À época foi feito um mapa em resposta, com o “outro lado” da blogosfera, que pode ser visto em: <https://web.archive.org/web/20071011192302/http://www.uhull.com.br/mapa/>

informação, posicionamento e credibilidade. Estes jornalistas blogueiros estavam distribuídos de três maneiras: vinculados à grande imprensa tradicional, abrigados em um grande portal e independentes. No primeiro caso, destacam-se blogs como os de Tereza Curvinel, de O Globo, e Ricardo Noblat, do Estado de São Paulo (antes IG); no segundo, os de Josias de Souza e Fernando Rodrigues, ambos do UOL; no terceiro, blogs independentes, como o de Idelber Avelar (O Biscoito Fino e a Massa).

Em meio a esses blogs de política emergiu um emaranhado específico de conexões à esquerda, a Blogosfera Progressista (BP) – que, em verdade, comporta não só blogs, mas também sites e portais. Dois fatores possibilitaram a emergência da BP: por um lado, a chegada do PT ao poder, rompendo a relação de proximidade entre grande mídia e governo (sendo a cobertura do mensalão o evento que marca essa percepção por parte de militantes) e, por outro, a visão difundida entre jornalistas de esquerda de que o verdadeiro jornalismo, aquele realmente comprometido com os fatos, só poderia ser feito fora dos conglomerados de mídia – o que foi catalisado com o advento da internet, que abriu caminhos para os “jornalistas sem jornal” (CARVALHO, 2017).

Jornalistas profissionais e militantes históricos, ligados a partidos e sindicatos, foram fundamentais para a construção desse ecossistema midiático, que congrega blogueiros jornalistas, blogueiros ativistas políticos e mídia. Viomundo, O Cafezinho, Tijolaço, Conversa Afiada, Blog da Cidadania, Carta Maior e Maria Frô são alguns dos expoentes. O objetivo comum que reúne esse conjunto heterogêneo de sites e blogs é a oposição à grande mídia, procurando promover narrativas contra-hegemônicas, além da defesa da liberdade de expressão e dos direitos sociais (CARVALHO, 2017). Crucial para o entrelaçamento dos atores é a citação de uns aos outros, principalmente através de links, bem como a existência de um órgão que os reúne, o Centro de Estudos de Mídia Alternativa Barão de Itararé (MAGALHÃES; ALBUQUERQUE, 2014).

Nesse processo, outras blogosferas de temáticas específicas foram se formando, muitas delas com características ciberativistas. É o caso da blogosfera policial, que surgiu por meio de iniciativas de jornalistas (independentes ou

vinculados à grande mídia) dispostos a discutir questões de segurança pública e, principalmente, pelas mãos dos próprios agentes de segurança, sobretudo policiais (militares, civis, federais rodoviários). Para esses profissionais, os blogs serviam como espaço para expressar suas opiniões, conversar com colegas de profissão e flexibilizar a hierarquia da estrutura policial, promovendo um diálogo mais horizontal. Naturalmente, muitos desses blogueiros foram alvo de ações repressivas por parte da chefia de suas corporações (RAMOS; PAIVA, 2009).

Segundo Danillo, em texto de 9 de fevereiro de 2009¹⁰, os objetivos da blogosfera [policial] são basicamente três: **interação interna** (policiais escrevendo para policiais); **interação externa** (policiais se relacionando com não policiais) e **reivindicação** (os militares militando). Um exemplo do primeiro grupo seria o blog Blitz Policial e as redes do tipo Orkut. No segundo tipo, os blogs mais bem-sucedidos são o Diário de um PM, o Aspiras do Brasil (voltado para jovens que desejam fazer concurso para as polícias) e o PM Tube (vídeos e imagens sobre ações policiais). Os exemplos típicos da última categoria são o blog do major Wanderby e o blog Flit Paralisante, do delegado Guerra, de São Paulo (RAMOS; PAIVA, 2009, p. 24).

Essas blogosferas se somam a outras que procuram discutir e denunciar as mais diversas formas de opressão e reafirmar uma identidade subjugada¹¹. A blogosfera LGBT, por exemplo, era povoada por blogs com temáticas abrangentes relativas à comunidade LGBT, blogs de nicho (ursos, crossdressers etc.), blogs de conversação e blogs diretamente voltados à mobilização social e política. As postagens, em geral, empregavam estilo confessional, irônico ou de conto (MARTINS; MALINI, 2009).

Em 1998, Lola Aronovich criou um blog com o objetivo de postar suas críticas sobre cinema. Com o passar do tempo, o Escreva Lola Escreva começou a abordar o feminismo de maneira central, mantendo um ritmo acelerado de postagens e atraindo uma grande quantidade de visitantes – o que, por vezes, resulta em acalorados debates nos comentários de suas postagens. Abrigando blogs como Cem Homens, Blogueiras Negras e Transfeminismo (ANTUNES, 2014; NUNES, 2017), a blogosfera feminista tem como um de seus principais representantes o Blogueiras Feministas, blog surgido de uma lista de e-mails criada no primeiro turno

¹⁰ Danillo Ferreira é um policial militar da Bahia, fundador do blog Abordagem Policial. O texto a que as autoras se referem é este: <http://abordagempolicial.com/2009/02/os-objetivos-da-blogosfera-policial/>

¹¹ Além dessas blogosferas, o ciberespaço pode ser dividido em tantas outras, incluindo critérios como o geográfico. Ver Martins et al. (2009).

das eleições de 2010. Como no blog da Lola, parte do conteúdo do Blogueiras Feministas advém não só de suas administradoras, mas também de blogueiras convidadas. É importante notar que a blogagem coletiva aparece como um traço distintivo dessa blogosfera ciberativista, consistindo na escolha de um tema único a ser tratado em várias postagens num determinado período (FERREIRA, 2015) – o Blogueiras Negras, inclusive, surgiu da Blogagem Coletiva Mulher Negra.

Em suma, o advento dos blogs foi um passo adiante na descentralização e popularização do ciberativismo. As coletividades virtuais poderiam ser formadas agora de forma mais intencional e organizada, como nos blogs coletivos, ou numa lógica em rede, como a da blogosfera, em que iniciativas particulares se encontravam e criavam novo espaço de diálogo e embates. Isso tudo se deu em meio a um crescimento exponencial do acesso à internet no Brasil. Se no ano 2000 não ia a 3% o número de brasileiras que acessavam a rede mundial de computadores, em dez anos esse número atingiu os 40%, chegando a quase metade da população em 2012¹².

4. A rotinização do ciberativismo: as redes sociais (2013-)

Entre janeiro e março de 2013, diversos protestos contra o aumento da tarifa do transporte público foram organizados pelo Bloco de Luta pelo Transporte Público em Porto Alegre. Em maio, a Frente de Luta do Transporte Público organizou protestos pela redução da tarifa em Goiânia. Foi em junho de 2013, porém, que o país se deparou com grandes manifestações impelidas pela pauta da redução do preço da passagem dos transportes públicos. Com nove cidades no dia 13, 25 no dia 17 e mais de 120 cidades no dia 20 de junho, as marchas arrastaram para as ruas milhões de pessoas, algo que não era visto em dimensões aproximadas desde 1992, com o Fora Collor mobilizando os caras pintadas.

A pauta dos protestos não era única, ainda que tenha começado com a questão do transporte público. Logo muitas outras foram adicionadas, adquirindo alguma centralidade a denúncia da qualidade dos serviços públicos em comparação

¹²

<https://data.worldbank.org/indicador/IT.NET.USER.ZS?end=2016&locations=BR&start=1994&view=chart>

com os investimentos nos megaeventos que aconteceriam no país nos anos seguintes (Copa do mundo em 2014 e Olimpíadas em 2016). Se a pauta não era uníssona, tampouco a ideologia: todo o espectro político em algum momento esteve nas ruas (ALONSO; MISCHÉ, 2015).

Além do tamanho dos atos, do caráter disperso da organização e da presença da tática *black bloc* nos protestos, um ponto saltou aos olhos nas manifestações de 2013: o uso massivo de redes sociais, sobretudo o Facebook, para a convocação e cobertura dos protestos. A utilização de redes sociais para fins políticos no Brasil, entretanto, não se iniciou naquele momento. Em 2004, um engenheiro turco do Google, Orkut Büyükkökten, lançou um site de relacionamentos que levava seu nome: Orkut. Apesar de voltado aos EUA, naquele mesmo ano o Orkut caiu no gosto dos brasileiros, que logo se tornaram o maior público daquela rede social. Não tardou para que o debate político se instalasse nas comunidades do Orkut, o que é verdadeiro tanto para debates eleitorais e de política institucional (CHAIA, 2007), quanto para debates sobre racismo e sexismo (BERGO; REIS, 2008). A plataforma também foi utilizada para a convocação de atos, mas em pequena escala¹³.

Ao longo dos anos 2010 o Orkut foi perdendo importância, até encerrar suas atividades em 2014. Como no resto do mundo, a redução do uso do Orkut por parte dos brasileiros esteve atrelada ao aumento da utilização do Facebook, e, em menor escala, do Twitter. Ao mesmo tempo, como dito anteriormente, o uso da internet aumentou consideravelmente: quase metade da população brasileira tinha acesso à internet em 2013 (49,4%)¹⁴ e 74,9% em 2017¹⁵. Do mesmo modo, o acesso à internet por meio do celular esteve em franca ascensão: em 2013 passou

¹³ <https://www.tribunapr.com.br/noticias/grupo-convoca-atos-de-protesto-contr-a-corrupcao-pelo-orkut/>
<https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/passeata-de-protesto/>
<https://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/estudantes-da-unb-fazem-protesto-nus-contr-a-caso-de-machismo-na-uniban/n1237612374656.html>
<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2011/04/06/neonazistas-ajudam-a-convocar-ato-civico-pro-bolsonaro-em-sao-paulo.htm>

¹⁴ <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/9840-pnad-2013-internet-pelo-celular-e-utilizada-em-mais-da-metade-dos-domicilios-que-acessam-a-rede>

¹⁵ <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/23445-pnad-continua-tic-2017-internet-chega-a-tres-em-cada-quatro-domicilios-do-pais>

ligeiramente da metade da população com acesso à internet (53,6%) e em 2017 atingiu quase que sua totalidade (97%). Com a internet e as redes sociais se inserindo cada vez mais no cotidiano da população, faz sentido que 62% dos manifestantes tenham se informado sobre os atos de junho de 2013 pelo Facebook¹⁶.

Criado em 2005, o Movimento Passe Livre (MPL) foi o principal articulador dos protestos em São Paulo. Sua página no Facebook, criada em 2011, contava com mais de 300 mil curtidas à época e foi responsável pela criação de eventos que reuniam por volta de 300 mil pessoas. Também crucial para as manifestações foi a página Anonymous Brasil, criada em 2012, e que em 2013 tinha cerca de 400 mil curtidas e divulgava os eventos pelo país (SEGURADO; BACHINI; MALINA, 2014). Se o MPL era explicitamente de esquerda, com viés autonomista, o Anonymous Brasil se definia mais por uma postura antipolítica. Além desses dois, foi de suma importância o Mídia Ninja, coletivo surgido em 2011 a partir dos coletivos culturais do Fora do Eixo, com o objetivo de apresentar uma cobertura jornalística alternativa, que não encontrava vazão na grande mídia. Em sua página do Facebook, criada em 2013, além de postagens com cobertura dos atos (por meio de fotos, vídeos e transmissões ao vivo), os ninjas também conclamavam o público para novas manifestações, evidenciavam suas pautas e denunciavam a violência policial contra manifestantes (VALLE et al., 2015).

Embora esses sejam alguns dos atores coletivos fundamentais para entender junho de 2013, os protestos foram bastante descentralizados, contando com forte atuação individual nas redes sociais. Essa atuação pode ser vista nas postagens individuais nas redes sociais seguidas de *hashtags*¹⁷ que faziam alusão aos protestos, como #VemPraRua e #OgiganteAcordou, palavras de ordem que também repercutiram nas ruas e nos cartazes (MOURA; MANDAJI, 2014). Depois de 2013, as redes sociais definitivamente entraram na rota das mobilizações sociais e políticas do país.

¹⁶ <http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Paginas/89-dos-manifestantes-nao-se-sentem-representados-por-partidos.aspx>

¹⁷ *Hashtags* são enunciados curtos (geralmente palavras-chave ou palavras de ordem) precedidos de uma cerquilha (#), de modo a aglutinar conteúdos sobre um mesmo assunto nas redes sociais.

No ano de 2014, dois eventos políticos tiveram grande relevância: a deflagração da Operação Lava Jato, com o objetivo de combater a corrupção na Petrobras, e as acirradas eleições presidenciais, culminando com a reeleição da presidenta Dilma Rousseff, que partia para o quarto mandato seguido do Partido dos Trabalhadores. A forte polarização que se forjou no debate eleitoral continuou para além de outubro, estimulada pela não aceitação do resultado eleitoral pelo candidato derrotado. Ainda em 2014, dois movimentos de direita se formaram: o Movimento Brasil Livre e o Vem Pra Rua, tendo esse último realizado protesto contra a corrupção já em dezembro daquele ano¹⁸. Outros movimentos preexistentes passaram a ganhar maior visibilidade, como o Movimento Contra a Corrupção e o Revoltados Online (PENTEADO; LERNER, 2018).

Todos esses grupos surgiram ou se organizavam prioritariamente pela internet, tendo grande atuação no Facebook. Aglutinando pautas conservadoras nos costumes e liberais na economia, focando sempre no combate à corrupção e identificando o PT e a esquerda como inimigo primordial, esses grupos adquiriram milhões de seguidores (CAVALCANTI, 2017), formando uma extensa rede de páginas de direita (PENTEADO; LERNER, 2018). A partir de 2015 esses atores capitanearam uma série de atos pelo Brasil que pediam o impeachment de Dilma. No fim daquele ano a pauta do impeachment ganhou corpo com o apoio do presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), e no dia 13 de abril de 2016 grupos como o MBL e o VPR conseguiram levar às ruas a maior manifestação da história do país¹⁹.

À esquerda também havia manifestações, mas sempre muito menores do que as de direita. Na realidade, o que marcou o campo progressista nesse momento de difusão de uso das redes sociais foi a atuação feminista, que encontrou um caminho já aberto pela blogosfera feminista. Um exemplo é a Marcha das Vadias, realizada no Rio de Janeiro ainda em 2011 e em outras cidades em anos subsequentes, que

¹⁸ <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2014/12/manifestantes-protestam-contra-dilma-na-regiao-da-avenida-paulista.html>

¹⁹ <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,manifestacoes-em-todos-os-estados-superam-as-de-marco-do-ano-passado,10000021047>

contava com blogs das marchas de cada local e se utilizou do Facebook para a convocação dos protestos de rua (MARTINI; PUHL, 2015).

O ano de 2015 teve uma série de ações feministas feitas na internet, ou através dela. A hashtag #MeuPrimeiroAssedio aglutinou diversos relatos sobre o primeiro assédio sexual sofridos por crianças, sobretudo mulheres, e foi iniciada pelo coletivo Think Olga como reação a comentários sexuais direcionados a uma menina de 12 anos participante de um reality show. Do mesmo modo, a *hashtag* #MeuAmigoSecreto, criada pelo coletivo Não me Kahlo, reuniu inúmeros relatos de assédios e violências cotidianas sofridas pelas mulheres (ARAÚJO, 2016). Nas ruas, manifestações protagonizadas por mulheres se espalharam pelo país, tendo sido convocadas pela internet como reação ao então presidente da Câmara, Eduardo Cunha, e à tramitação do Projeto de Lei 5069/2013, que atacava os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres (BRITO, 2017). Toda essa movimentação que ficou conhecida como Primavera das Mulheres, em alusão à Primavera Árabe, conseguiu, em alguma medida, pautar a opinião pública²⁰.

A prevalência do Facebook para o ativismo virtual acabou por ofuscar uma outra plataforma que vinha crescendo sorrateiramente: o Whatsapp. Lançado em 2009, o aplicativo de troca de mensagens instantâneas contava com 38 milhões de usuários no Brasil em 2014²¹. Em quatro anos o Whatsapp triplicou seu alcance, atingindo 120 milhões de usuários brasileiros em 2018²². Esse aplicativo ganhou destacada relevância política nas eleições presidenciais de 2018, com sua utilização generalizada para a criação de grupos de conversa e disparos de mensagens, sobretudo por parte de apoiadores do então candidato Jair Bolsonaro (PSL-RJ). Esses grupos foram usados para promover duas estratégias de campanha: “a *antecipação de enquadramentos* e a *coordenação do voto proporcional com o majoritário*” (PIAIA; ALVES, 2019, p. 19). É interessante notar que nesses grupos a principal fonte de informação eram redes sociais ou plataformas dinâmicas, com liderança folgada do Youtube.

²⁰ Ver, por exemplo: <https://epoca.globo.com/vida/noticia/2015/11/primavera-das-mulheres.html>

²¹ <https://www1.folha.uol.com.br/tec/2014/02/1418158-whatsapp-diz-ter-38-milhoes-de-usuarios-no-brasil.shtml>

²² <https://www1.folha.uol.com.br/tec/2018/07/facebook-chega-a-127-milhoes-de-usuarios-mensais-no-brasil.shtml>

O que se pode ver, portanto, é que as redes sociais caíram no gosto dos brasileiros, primeiro com o Orkut e de forma mais acentuada com o Facebook. Esse fato foi impulsionado pelo acesso crescente à internet por meio dos smartphones, estes chegando a superar o número de habitantes no Brasil²³. O Whatsapp também se aproveitou dessa brecha. Deste modo, o ciberativismo tem se concentrado, nos anos 2010, nessas plataformas. O imaginário produzido a partir de junho de 2013 estimula ativistas a usarem a internet como forma de atuação política, seja na promoção de debates (ou embates) e divulgação de informações, seja na organização e convocação de protestos.

5. Considerações finais

Dada a escassez de produções na área de comunicação e política que empreendam abordagem diacrônica sobre o ativismo interconectado, esse trabalho teve como objetivo fornecer uma primeira narrativa sobre a história do ciberativismo no Brasil em seus atores e práticas, partindo da literatura empírica existente.

O que se conclui é que o ciberativismo no Brasil teve, até então, três fases. A primeira consiste no surgimento do ciberativismo com os portais, acompanhando o início da comercialização do acesso à internet, ainda com baixa adesão por parte da população. No período que vai de 1995 a 2004, sendo o ponto de partida a própria abertura da internet ao acesso comercial, atores pelos direitos humanos e por justiça global viram no ciberespaço local propício para comunicar informações e posicionamentos, aglutinar organizações e fomentar a participação dos indivíduos.

Na segunda fase, que se inicia em 2005 com os blogs de política reagindo à cobertura do Mensalão, a consolidação do ciberativismo acompanhou o aumento exponencial do acesso à internet e o advento dos blogs. Blogs individuais e coletivos serviam como local de expressão e diálogo, constituindo blogosferas temáticas, a exemplo da blogosfera progressista, policial, feminista e tantas outras. De 2005 a 2012, *blogrolls* e caixas de comentários davam o tom do ativismo no ciberespaço.

²³ <https://link.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-ja-tem-mais-de-um-smartphone-ativo-por-habitante-diz-estudo-da-fgv,70002275238>

Tendo como marco as manifestações de 2013, a terceira fase corresponde ao ciberativismo tornado parte do cotidiano do cidadão brasileiro, como resultado do alinhamento de três fenômenos: a presença de mais da metade da população na internet, o uso disseminado do celular para acesso à rede e a popularização das redes sociais e aplicativos de trocas de mensagens. A proximidade do cotidiano transforma o ambiente virtual em espaço constante de disputas e faz da internet uma ferramenta poderosa para alavancar o ativismo offline. Com isso, a polarização política se faz presente no dia a dia e as chamadas pautas identitárias viraram parte incontornável das conversações.

Finalmente, é preciso apontar as limitações deste trabalho. Em primeiro lugar, seja por falta de literatura ou pela dificuldade em encontrá-la e sistematizá-la, os programas e plataformas para troca de mensagens privadas não receberam aqui a devida atenção, frustrando principalmente a análise sobre a organização ciberativista. No mesmo sentido, alguns tipos de ativismo são difíceis de serem mapeados, como o hacktivismo e os debates em fóruns. Por outro lado, a periodização aqui empreendida seguiu critérios mistos, incluindo avanços tecnológicos e eventos sociopolíticos, tomando o tipo de plataforma principal como definidor do período, sem se atentar tanto para como as diversas plataformas estiveram relacionadas. Apesar dessas grandes falhas, espera-se que esse estudo contribua para uma melhor compreensão do ciberativismo no Brasil e incentive novas incursões em sua história.

Referências

- ALBUQUERQUE, A.; CARVALHO, E. M.; ALVES, M. Ciberativismo no Brasil. **Cadernos ADENAUER** (São Paulo), v. 6, p. 75-96, 2015.
- ALCÂNTARA, L. M. **Ciberativismo e a dimensão comunicativa dos movimentos sociais: organização, repertórios e difusão**. Dissertação (Mestrado). 2014.
- _____. Ciberativismo e movimentos sociais: mapeando discussões. **Aurora** (PUCSP. Online), v. 8, p. 73-97, 2015.
- ALDÉ, A.; CHAGAS, V.; ESCOBAR, J. A febre dos blogs de política. **Revista FAMECOS** (Impresso), v. 33, p. 34, 2007.
- ALMEIDA, A. C. **Centro de Mídia Independente Brasil: a mídia como ação direta**. 2006. Dissertação (Mestrado).
- ALONSO, A. As teorias dos movimentos sociais – um balanço do debate. **Lua Nova** (Impresso), v. 76, p. 49-86, 2009.
- ALONSO, A.; MISCHÉ, A. June demonstrations in Brazil: repertoires of contention and government's response to protest. In: **From Contention to Social Change: Rethinking the Consequences of Social Movements and Cycles of Protests-ESA Research Network on Social Movements – Midterm Conference**. Universidad Complutense de Madrid, Espanha, 19-20 fevereiro 2015.
- AMARAL, A.; MONTARDO, S. P.; RECUERO, R. Blogs: Mapeando um objeto. **VI Congresso Nacional de História da Mídia**, no GT História da Mídia Digital; UFF, RJ, 2008.
- ANTUNES, B. A. F. **Crítica de Mídia Feminista na Web: Uma análise sobre os Blogs Cem Homens, Escreva Lola Escreva e Blogueiras Feministas**. 2014. TCC (Bacharelado em Comunicação Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.
- ARAÚJO, J. S. O pessoal ainda é político: Hashtags e compartilhamento de testemunhos pessoais como estratégias ciberfeministas. In: **IX Simpósio Nacional da Associação Brasileira de Pesquisadores em Cibercultura – PUC São Paulo – 8, 9 e 10 de dezembro de 2016**.
- BARBOSA, S. Jornalismo online: dos sites noticiosos aos portais locais. In: **XXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Intercom, Campo Grande (MS), setembro de 2001**.
- BERGO, L.; REIS, V. A. Segmentação dos movimentos sociais no site de relacionamentos Orkut. **Revista Contemporânea** (UERJ), ed. 10, vol. 6, n. 1, p. 33-43, Jan/Jun, 2008.
- BRINGEL, B. Miopias, sentidos e tendências do levante brasileiro de 2013. **Insight Inteligência**, São Paulo, vol. 67, p. 43-51, out. 2013.
- BRITO, P. C. S. **Primavera das mulheres: internet e dinâmicas de protesto nas manifestações feministas no Rio de Janeiro em 2015**. Dissertação (Mestrado). 2017.
- CABRAL, A. **A formação das comunidades de compartilhamento social no Centro de Mídia Independente**. 2005. Tese (Doutorado) - Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2005.
- CARVALHO, E. M. **Jornalismo em rede: a blogosfera progressista como ecossistema midiático**. 255f. Tese (Doutorado) - Instituto de Artes e Comunicação Social, Niterói, 2017.
- CARVALHO, M. S. R. M. **A trajetória da Internet no Brasil: do surgimento das redes de computadores à instituição dos mecanismos de governança**. 2006. Dissertação (Mestrado).
- CAVALCANTI, B. D. Articulação política de grupos brasileiros no séc. XXI: um estudo sobre as origens e bandeiras do Movimento Brasil Livre e do Vem pra Rua. 9º Congresso Latinoamericano de Ciência Política, **ALACIP**. Montevideu, junho de 2017.
- CHAIA, V. Internet e eleições: as comunidades políticas no Orkut nas eleições de 2006. **Logos**, vol. 14, no. 2, p. 127-140, 2007.

- FERREIRA, C. B. C. Feminismos web: linhas de ação e maneiras de atuação no debate feminista contemporâneo. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 44, p. 199-228, Junho 2015.
- GARRETT, R. K. Protest in an Information Society: A Review of Literature on Social Movements and New ICTs. **Information, Communication and Society**, 9(2), 202-224. 2006.
- GOHN, M. G. **Teorias dos Movimentos Sociais: Paradigmas Clássicos e Contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 1997.
- MAGALHÃES, E.; ALBUQUERQUE, A. JORNALISTAS SEM JORNAL: a “blogosfera progressista” no Brasil. In: **COMPOS** - 23º Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, 2014, Belém. Anais 23ª Compós, 2014. p. 1-18.
- MARTINI, J. L.; PUHL, P. R. Marcha das Vadias: Um movimento social na era da comunicação digital em rede. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 10, 2015, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: Alcar, 2015.
- MARTINS, J.; MALINI, F. Blogs Gays – Expressão e Subjetividade. In: SIMPÓSIO NACIONAL ABCIBER, 3, 2009, Vila Mariana. **III Simpósio Nacional ABCiber**. Vila Mariana: ESPM/SP, 2009.
- MARTINS, J. et al. Cartografia da Blogosfera no Brasil: perspectivas amazônicas. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. **XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** – Curitiba, PR – 4 a 7 de setembro de 2009.
- MCADAM, D. TARROW, S. TILLY, C. **Dynamics of contention**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- MCCARTHY, J. D.; ZALD, M. N. Resource mobilization and social movements: a partial theory. **American Journal of Sociology**. n. 6, 1212-1241, May, 1977.
- MELUCCI, A. **Challenging codes: collective action in the information age**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- MITRE, M.; DOIMO, A. M.; MAIA, R. Movimentos sociais, internet e novos espaços públicos: o caso da DH Net. In: DIAS, L. C.; SILVEIRA, R. L. L. (Org.). **Redes, sociedades e territórios**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2005.
- MOURA, K. F.; MANDAJI, C. F. S. A relação das hashtagscom as palavras de ordem presentes nas Manifestações Brasileiras de 2013. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. **XV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul** – Palhoça, SC – 8 a 10 de maio de 2014
- NUNES, R. **Transfeminismo.com: ciberativismo e identidade coletiva**. 2017. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2017.
- PENTEADO, C. L. C.; LERNER, C. A direita na rede: mobilização online no impeachment de Dilma Rousseff. **Em Debate**, Belo Horizonte, v. 10, n.1, p. 12-24, abril 2018.
- PIAIA, V. R.; ALVES, M. Abrindo a caixa preta: análise exploratória da rede bolsonarista no WhatsApp. In: VIII Congresso da Compolítica, 2019, Brasília. **Anais do VIII Congresso da Compolítica**. Brasília: Compolítica, 2019.
- PRIMO, A. Blogs e seus gêneros: avaliação estatística dos 50 blogs mais populares em língua portuguesa. In: XXXI Congresso Brasileiro de Ciência da Comunicação. **Anais eletrônicos...** Natal: Intercom, 2008.
- RAMOS, S.; PAIVA, A. (Coords.). **A blogosfera policial no Brasil: do tiro ao Twitter**. Brasília: Centro de Estudos de Segurança e Cidadania; Universidade Candido Mendes; Unesco, out. 2009.
- SAMPAIO, R. C.; BRAGATTO, R. C.; NICOLAS, M. A. A construção do campo de internet e política: análise dos artigos brasileiros apresentados entre 2000 e 2014. **Revista Brasileira de Ciência Política**, p. 285-320, 2016.

SCHAUN, A. et al. Brazilian scientific production on cyberactivism in the communication area from 2002 to 2012: a preliminary mapping. **Journal of Latin American Communication Research**, v. 3, n. 1, p. 36-56, 2013.

SCHIECK, M. Ciberativismo: um olhar sobre as petições online. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação. 2009.

SEGURADO, R.; BACHINI, N.; MALINA, P. Os movimentos sociais e a internet: a apropriação política do Facebook durante as jornadas de junho. In: 38º Encontro Anual da ANPOCS, 2014, Caxambu. **Anais do 38º Encontro Anual da Anpocs**, de 27 a 31 de outubro de 2014, em Caxambu - MG, 2014.

TILLY, C. **From mobilization to revolution**. Nova York: Random House, 1978.

TONETTO, M. B. **Ciberativismo nas redes sociais**: um estudo do Movimento Brasil Livre no pós-impeachment de Dilma Rousseff. Dissertação (Mestrado). 2018.

TOURAINÉ, A. Na fronteira dos movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n.1, p. 17-28, jan./abr. 2006.

VALLE, Taisa Dalla et al. Ciberativismo em ação: a cobertura do coletivo Mídia Ninja, no Facebook, durante as manifestações de junho de 2013, no Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 10, 2015, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: Alcar, 2015. p. 1-13.